

3º Encontro de Economia Gaúcha

PUC-RS

25 e 26 de maio de 2006

TRABALHO:

**CONTRIBUIÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA CAPTURA, NA
COMERCIALIZAÇÃO E NA GERAÇÃO DE RENDA DA ATIVIDADE
PESQUEIRA ARTESANAL NO RIO GRANDE DO SUL¹**

AUTOR E ENDEREÇO:

Marco Aurélio Alves de Souza²

SUGESTÃO DE ÁREA TEMÁTICA:

Estudos setoriais, cadeias produtivas, sistemas locais de produção

¹ Este artigo é parte da pesquisa intitulada Análise benefício/custo social das políticas de promoção ao desenvolvimento da atividade pesqueira no Rio Grande do Sul, sendo financiada pela FAPERGS através do programa PROCOREDES I.

² Doutorando em economia pelo PPGE/UFRGS, professor assistente da ECC/UCPEL e pesquisador do NUPEAS/UCPEL. E-mail: marcoadesouza@yahoo.com.br. Endereço Particular: Rua República de Cuba, 733. Bairro: Buchholz, CEP: 96212-060, Rio Grande - RS

CONTRIBUIÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA CAPTURA, NA COMERCIALIZAÇÃO E NA GERAÇÃO DE RENDA DA ATIVIDADE PESQUEIRA ARTESANAL NO RIO GRANDE DO SUL³

Marco Aurélio Alves de Souza⁴

RESUMO – Este artigo tem por objetivo mostrar a atual situação da pesca artesanal na região em estudo, assim o papel das políticas públicas na sua formação e desenvolvimento nas últimas décadas, sobretudo, na captura, na comercialização e na geração de renda. O procedimento metodológico utilizará do método descritivo e histórico por meio de pesquisa bibliográfica, pertinentes para responder o objetivo proposto. Como resultado, pode-se destacar, que as políticas públicas contribuíram para a diminuição da produção pesqueira, mas não geraram diminuição do número de pescadores e nem houve mudança nas técnicas de pesca, que continuavam sendo as mesmas, mas houve aumento da jornada de trabalho pelos pescadores.

Palavras-chaves: pesca artesanal, história da atividade pesqueira, desenvolvimento

1 INTRODUÇÃO

A pesca é uma das atividades econômicas mais antigas do Brasil, se fazendo presente desde o período colonial e no estado do Rio Grande do Sul, iniciou nas últimas décadas do século XIX com imigrantes portugueses, originários de Póvoa do Varzim. A maior parte desses imigrantes (pescadores artesanais litorâneos) que chegou ao Estado se instalou no município de Rio Grande.

As condições geográficas do Estado propiciaram o crescimento dessa atividade devido a mão-de-obra disponível (pescadores artesanais); da localização junto às fontes de matéria-prima; e a construção dos molhes da barra em 1914 (os quais serviram de quebramar e deram uma estabilidade de navegação ao canal do Rio Grande, que liga o estuarino da Lagoa dos Patos com o oceano Atlântico) quando o porto local tornou-se um porto marítimo, o maior porto da Região Sul do Brasil, proporcionando um grande incremento a industrialização pesqueira dada a condição de receber e de enviar grande volume de

³ Este artigo é parte da pesquisa intitulada Análise benefício/custo social das políticas de promoção ao desenvolvimento da atividade pesqueira no Rio Grande do Sul, sendo financiada pela FAPERGS através do programa PROCOREDES I.

⁴ Doutorando em economia pelo PPGE/UFRGS, professor assistente da ECC/UCPEL e pesquisador do NUPEAS/UCPEL. E-mail: marcoadesouza@yahoo.com.br. Endereço Particular: Rua República de Cuba, 733. Bairro: Buchholz, CEP: 96212-060, Rio Grande - RS

pescado e pela possibilidade de acesso das embarcações de grande porte.

Ressalta-se, no entanto, que o crescimento da atividade pesqueira aconteceu, basicamente, através da pesca extrativa de água marítima e estuarina, em detrimento da pesca extrativa de água doce.

Segundo Diegues (1983), no Brasil, a pesca extrativa de água marinha predominou devido à extensão do litoral brasileiro, sendo o mar o primeiro e o mais importante meio para obtenção do pescado. Essa característica se estende, também, ao litoral do Rio Grande do Sul.

Além das características básicas favoráveis ao advento e ao crescimento da atividade pesqueira no estado do Rio Grande do Sul, Souza (2001) cita outras, não menos importantes, como: a política econômica do governo federal de promoção à pesca, concedendo incentivos fiscais; o crédito do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR

Assim sendo, até os anos 60, do século XX, a atividade pesqueira no Rio Grande do Sul, era predominantemente artesanal e sua produção estava voltada basicamente para atender o mercado interno. A partir de então, através das políticas de promoção ao desenvolvimento pesqueiro, desenvolve-se a chamada pesca industrial, voltada, preferencialmente, para o mercado externo.

Este processo de desenvolvimento da atividade pesqueira levaram, a princípio, ao crescimento do volume da produção, havendo, no entanto, posteriormente, uma queda. pelos dados do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA, 2000), os desembarques totais passaram de 26.283 toneladas em 1960, chegando ao seu ponto máximo no ano de 1973, com 105.456, sendo esse o maior volume de desembarque do pescado, com tendência decrescente nos anos seguintes, chegando em 1997 com 40.783 toneladas.

O decréscimo da produção é sinal do aparecimento da sobrepesca das espécies de peixes capturados por esses pescadores. Segundo Souza (2001), o aparecimento da sobrepesca, propiciando a exaustão dos recursos pesqueiros devido as características básicas desse recurso por ser natural e renovável, como também sendo um recurso natural de propriedade comum e de acesso livre. Ou seja, a característica de livre acesso dá condição para quem é pescador de explorar o recurso pesqueiro livremente, em toda a área de pesca, sem a preocupação da reposição do recurso, pois essa fica a cargo da natureza, já que a pesca é considerada um bem natural, não precisando ser produzido para ser capturado.

Esses fatores, a quebra das indústrias e a diminuição do estoque natural de peixes

(diminuição da produção) caracterizam a crise que se instalou na atividade pesqueira artesanal e industrial gaúcha, sobretudo a partir da década de oitenta.

Com a queda da produção pesqueira nas últimas décadas, conforme Maciel (1997), o pescador artesanal foi a maior vítima da exploração irracional do pescado, resultando impactos negativos para a sobrevivência da comunidade dos pescadores artesanais, pois a conservação do meio ambiente é condição básica para sua própria existência, ou melhor, sua própria reprodução como ser social, dado que as transformações ocorridas no ambiente aquático refletem-se nesta comunidade.

Dessa forma, nos últimos anos os recursos pesqueiros têm sido foco de atenção de muitos que exploram, comercializam e, principalmente daqueles que pesquisam sobre esses recursos, preocupados com a exploração irracional do mesmo, gerando desemprego, redução da renda das pessoas ligadas ao setor, descapitalizando o segmento pesqueiro artesanal.

Diante do contexto acima apresentado, ressalta-se a grande preocupação com os pescadores artesanais, uma vez que a pesca artesanal envolve um grande número de pescadores que contam com a captura como fonte básica de renda e, não menos importante, destaca-se também a preocupação com a exploração do recursos pesqueiros no estuário, sendo esse um recurso natural renovável, porém, podendo ser esgotado por uma exploração não sustentada.

E neste sentido, surgem nos anos 90 políticas de promoção a atividade pesqueira para geração de renda e diminuição do esforço de pesca como o crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Seguro Desemprego e o RS_Rural Pesca.

1.2 JUSTIFICATIVA E PROBLEMA DE PESQUISA

Para melhor justificar a importância e relevância que este artigo pretende trazer, destaco conforme Waquil e Schneider (2001), que os municípios da região do estuarino da Lagoa dos Patos estão enquadrados dentre os municípios que apresentam pobreza no setor primário de sua economia, ou seja, apresentam indicadores que contribuem significativamente para configuração de um quadro social, econômico e produtivo marcado pela pobreza em áreas rurais, com indicadores de renda, de produtividade e de infraestrutura que podem ser considerados insuficientes para prover condições adequadas de exploração econômica da terra que possam não apenas assegurar qualidade de vida mas preservar os recursos ambientais.

Especificamente, no caso da atividade pesqueira artesanal, segundo Maciel (1997), o pescador não só é o menos responsável pela pobreza e exclusão social que o setor pesqueiro vem apresentando de forma mais marcante nas duas últimas décadas, mas é a maior vítima da exploração irracional do pescado incentivado pelo programa de desenvolvimento aplicado à modernização desse setor a partir da década de 60, o qual não considerou a realidade pesqueira, pois resultou em benefícios restritos a pesca industrial, dado pelo crescimento do parque industrial pesqueiro, que como visto, gerou aumento e posterior queda da produção, resultando impactos negativos para a sobrevivência da comunidade local dos pescadores artesanais.

Portanto, o pescador artesanal é vítima devido ao fato de que a conservação do meio ambiente torna-se condição básica para sua própria existência, ou melhor, sua própria reprodução como ser social, dado que as transformações ocorridas no ambiente aquático refletem-se nesta comunidade.

Esse processo de desestruturação econômica e social não é só peculiar da pesca artesanal da região a ser estudada, ou mesmo do setor primário dos municípios do meridional do Rio Grande do Sul, mas é um acontecimento que envolve outras atividades e regiões, resultado do processo de modernização da agricultura brasileira que se intensificou a partir de 1960 conhecido como “revolução verde”, onde o padrão agrícola utilizado incorporou a mecanização da agricultura e a utilização de insumos e defensivos químicos, também chamado de “quimificação agrícola”, integrando a agricultura à indústria ou dito de outra forma industrializando a agricultura.

Conforme Souza (2001), nesse processo de industrialização do setor primário brasileiro o Estado teve um papel importante como investidor direto para internalização das indústrias de defensivos ou como fomentador das indústrias de equipamento e máquinas para o processo produtivo agrícola e das indústrias de transformação do produto agrícola. Neste tipo de política se inserem as políticas públicas que contribuíram para o surgimento das indústrias de transformação do pescado no Rio Grande do Sul a partir da década de 60 e que contribuíram na modificação e transformação do processo de captura, distribuição e comercialização do pescado

Pelas constatações já citadas, percebe-se que a pesca é uma atividade importante e tradicional para a economia gaúcha, mas encontra-se em crise. Nisto, ressalta-se a importância desse estudo, de modo a obter maiores informações e conhecimento econômico sobre o setor pesqueiro no Estado.

Por isso surge a questão básica que norteia este artigo: em que medida o processo de modernização do setor pesqueiro gaúcho alterou o processo de comercialização do pescado e a geração de renda ao pescador, sobretudo após a diminuição dos recursos pesqueiros explorados?

Conforme o problema, este artigo tem por objetivo estudar a contribuição das políticas públicas na evolução do processo de comercialização do pescado, deste a captura até o consumidor, e seu papel na geração de renda ao pescador artesanal.

Dentro do contexto deste estudo, para que se atinjam os objetivos específicos propostos, estabelecem-se alguns procedimentos metodológicos:

- a- uma análise histórica do processo de comercialização do pescado oriundo da pesca artesanal no Estado do Rio Grande do Sul;
- b- o desenvolvimento de um modelo descritivo para averiguar o processo de captura e comercialização do pescado e associar com a geração de renda do pescador artesanal antes e após a crise da produção pesqueira no estado do Rio Grande do Sul.

Sendo o método de pesquisa utilizado o descritivo, pois segundo Gil (1991), as pesquisas descritivas têm por objetivo a descrição completa e precisa das características de uma determinada população, fenômeno ou, ainda, do estabelecimento de relações entre variáveis. Dentre as pesquisas descritivas estão aquelas que buscam descobrir a existência de associações entre variáveis.

Nesse sentido, o uso de tal método é justificado, pois possibilitará estudar e analisar a contribuição das políticas públicas pesqueiras na evolução da comercialização e da captura da atividade pesqueira artesanal e relacionar com o processo de geração de renda dessa atividade no estado do Rio Grande do Sul.

Ainda, com relação ao procedimento metodológico no que se refere à análise histórica, essa permite observar o comportamento e os movimentos, ocorridos ao longo do tempo, na atividade pesqueira artesanal; permitindo a caracterização desse setor no Rio Grande do Sul.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS PESQUEIRAS, COMERCIALIZAÇÃO DO PESCADO E GERAÇÃO DE RENDA NA ATIVIDADE PESQUEIRA ARTESANAL

O estuário da Lagoa dos Patos abriga ictiofauna bastante diversa, composta por cerca de 110 espécies que alteram sua ocorrência no ambiente estuarino de acordo com distintas estratégias de vida, além disso, este estuário constitui a mais importante área de

criação e crescimento para grande parte dos peixes e crustáceos comercialmente explorados no litoral sul do Brasil. Nessa região concentra-se a maior parte da pesca de subsistência e artesanal do sul do Brasil, sendo uma área de pesca importante desde o final do século XIX (FURG, 1996).

A importância da região para a atividade pesqueira gaúcha pode ser constatado pela contribuição da captura oriunda do estuário em relação a produção pesqueira gaúcha, a qual segundo Altmayer (1999), historicamente mais 90% da captura da pesca artesanal do Rio Grande do Sul são oriundos, sobretudo, do estuarino da Lagoa dos Patos, mas também da Lagoa Mirim e zona costeira adjacente, fora isso as principais colônias de pescadores artesanais, segundo Rangel (1995), estão localizadas nos municípios que fazem parte do estuarino da Lagoa dos Patos, sendo eles: Rio Grande; Pelotas; São José do Norte; e São Lourenço do Sul.

Neste contexto, de região propícia à atividade pesqueira, devido a capacidade natural da região em oferecer os recursos pesqueiros, a pesca artesanal, constituiu-se em um setor adequado a subsistência e a geração de renda do pescador, mas para isto havia a necessidade de comercializar o pescado capturado que no processo histórico de formação e desenvolvimento da atividade pesqueira artesanal constituiu-se de diversas formas.

Num primeiro momento, o pescador artesanal até a vinda dos pescadores portugueses, caracterizava-se, por ser dono dos meios e instrumentos de produção; por ter controle sobre o seu trabalho e sua força de trabalho; e pela produção pesqueira destinar-se a satisfazer as necessidades básicas da família, cujo excedente configura-se como mercadoria, o que possibilitava a obtenção de algum rendimento para aquisição de outros produtos, e era vendido pelo próprio pescador ou por algum membro da família no mercado local.

Com a vinda dos pescadores portugueses e a introdução das técnicas produtivas por eles utilizadas, diferenciadas das que até então predominavam na região, permitiram aos pescadores locais obterem maior volume de captura do pescado e nisto maior excedente produtivo. E a nova base de organização da produção ocasionaram mudanças significativas na pesca enquanto atividade produtiva na região sul do Rio Grande do Sul (RODRIGUES et al., 1989).

Todavia, não houve apesar de técnicas mais eficazes de exploração, captura acima da capacidade de reprodução dos recursos pesqueiros, permitindo que os peixes mantivessem o ciclo natural de vida. E, ainda, as mudanças ocasionadas com a vinda dos pescadores portugueses podem ser caracterizadas pela integração dos pescadores locais

com esses novos pescadores, os quais acabaram transformando-se em proeiros (pescadores sem a posse dos instrumentos de pesca) e em salgadores do pescado excedente (CABRAL, 1997).

Assim, houve um afastamento gradual do pescador local do processo de pesca como um todo que envolvia a captura, a conservação e a venda (comercialização), passando a dedicar-se quase que exclusivamente à captura.

Esta especialização (limitação), da atividade do pescador artesanal foi se intensificando principalmente a partir das primeiras décadas do século XX, com o surgimento e crescimento para mais de 20 indústrias de salga do pescado, que se caracterizavam por utilizarem mão-de-obra familiar e por exportarem o peixe salgado para capitais brasileiras e para Europa e se instalaram, em sua maioria, no município de Rio Grande. (RODRIGUES *et al.*, 1989).

Neste período, conforme Souza (2004), o pescador artesanal após capturar o pescado vendia, parte da captura, para as indústrias de salga que comercializavam o pescado. De modo geral a comercialização com outras regiões do país e para Europa era feito pelos pescadores portugueses que além de novas técnicas de captura possuíam maior conhecimento e meios para comercializar o pescado.

Todavia, o excedente da produção pesqueira entre os pescadores artesanais, a partir de 1870, segundo Teixeira (1997), não foram suficiente para promover a capitalização, da grande maioria, dos pescadores locais, no sentido deles terem poder aquisitivo para melhorarem o processo de conservação do pescado e nisto uma melhor comercialização do mesmo, ou seja, não houve poder aquisitivo suficiente para que no futuro houvesse eletrificação das comunidades de pescadores e para o surgimento de câmaras frigoríficas, ou mesmo para fabricação de gelo para resfriamento e armazenamento de pescado para a especulação do seu preço, além da possibilidade de comercializar não somente no mercado local mas para outras regiões, assim como fizeram os pescadores portugueses que chegaram na região.

Para Altmayer (1999), o desenvolvimento do parque industrial pesqueiro, fruto das políticas públicas de promoção da atividade pesqueira, ajudou ainda mais na concentração da atividade do pescador artesanal na captura, dando conformidade ao modelo de pesca artesanal que hoje se pode observar, sobretudo, no estuário da Lagoa dos Patos.

Com o decorrer do processo de crescimento da parque industrial pesqueiro, nos anos 60, houve toda uma perspectiva de desenvolvimento local na área da pesca, muitos pescadores profissionais vindos de outros lugares chegaram para a região do estuário da

Lagoa dos Patos, fazendo com que os pescadores artesanais locais se adaptassem a concorrência desses pescadores e suas novas técnicas de captura.

De modo mais específico, o crescimento da atividade industrial da pesca (inicialmente com as indústrias familiares de salga do pescado, na primeira metade do século XX) e a vinda de pescadores de outras regiões para a região do estuário da Lagoa dos Patos, proporcionaram mudanças nos instrumentos e técnicas de pesca utilizadas pela atividade pesqueira artesanal como: uso de embarcações maiores no lugar de caícos; motor a combustão no lugar da vara, do remo ou da vela; redes de espera de maior tamanho; diminuição do tamanho das malhas; aumento do número de redes por barcos; mudança no material de confecção das redes nylon no lugar do cordão, do algodão e da juta.

Nesse momento, a pesca artesanal tornou-se uma atividade mais intensificada, mais exploratória na captura dos recursos, o que trouxe mudança no próprio modo de captura do pescador, além disso o pescador praticamente deixou de comercializar o pescado que ainda fazia no mercado local.

Além dessas mudanças, citadas, no processo de desenvolvimento industrial pesqueiro, o pescador artesanal começa a ter uma relação de dependência com as indústrias de pesca, pois o pescado capturado era vendido à indústria que pagasse mais, mas o pagar mais não significava necessariamente pagar o preço justo, dado que eram as indústrias que determinavam o preço pelo pescado capturado, mas dada a concorrência entre os pescadores, surge a lógica que quando mais capturar mais se irá ganhar, com isso os pescadores artesanais ficaram atrelados somente com a captura não mais se envolvendo efetivamente com a comercialização do pescado, pois também as indústrias pesqueiras assumiam essa responsabilidade.

Porém, apesar das indústrias pesqueiras serem responsáveis pela compra do pescado, estas não mantinham nenhuma relação trabalhista com os pescadores, e ainda, sem nenhuma preocupação com as necessidades básicas dos pescadores como alimentação, moradia e vestuário, havendo apenas a apropriação do trabalho não pago, a partir de uma espoliação imposta aos pescadores.

Com o crescimento do setor pesqueiro industrial, surgiu maior necessidade de recursos pesqueiros, que juntamente com as novas técnicas de captura mais eficazes e o maior número de pescadores levaram, a princípio, ao crescimento do volume da produção, havendo, posterior queda.

Especificamente, ao analisar a evolução da produção pesqueira artesanal, conforme

os dados do IBAMA percebe-se que, houve uma tendência de crescimento até 1972 (único ano em que o volume de desembarque artesanal superou as 40 mil toneladas), e uma tendência decrescente a partir desse ano, chegando nos anos de 1996 e 1997 com o volume de desembarque nos mesmos níveis da início do década de sessenta, ou seja, cerca de 15.000 toneladas e em 2001 com apenas 7 mil toneladas. A pesca industrial, também, apresentou tendência crescente do volume de produção no período de 1960 a 1974, mostrando-se decrescente nos anos seguintes. Porém, a queda da produção industrial a partir de 1974 foi mais acentuada do que a da pesca artesanal, passando das 67 mil toneladas em 1973 (sendo esse o maior o volume de captura industrial) para pouco mais de 28 mil toneladas em 1997, recuperando um pouco nos anos seguintes chegando a 36 mil toneladas em 2001.

Esse decréscimo da produção está ligado, como descrito anteriormente, à sobrepesca de algumas espécies, fenômeno que ocorre devido à característica inerente ao recurso pesqueiro de ser um bem natural e de livre acesso. Tal característica de livre acesso oferece condição a quem é pescador de explorar o recurso pesqueiro livremente em toda a área de pesca, sem a preocupação da reposição desse recurso, pois essa reposição fica a cargo da natureza, já que é um bem natural, ou seja, que não precisa ser produzido para ser capturado.

Todavia, a queda do volume de produção pesqueira, já nos anos 70, fruto em parte da sobrepesca gerada pelas políticas públicas ao dar o incentivo mas não se preocupou com a reprodução natural das espécies pesqueiras capturadas, culminaram, inevitavelmente, em menor uso da capacidade instalada do setor industrial pesqueiro, que segundo o diagnóstico da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE, 1988), as indústrias pesqueiras do Rio Grande do Sul, em 1980, trabalhavam com uma ociosidade de 40% da capacidade instalada, ocasionando a quebra de várias indústrias, pois, em 1980, haviam 30 indústrias pesqueiras e, em 1996, restavam apenas 9 indústrias pesqueiras no Rio Grande do Sul, as quais se encontravam defasadas tecnologicamente, com mão-de-obra desqualificada e sem recursos financeiros para superar a crise, assim estas empresas estão sem condições apropriadas para atender principalmente aos diferentes nichos de mercado (produtos de alto valor agregado) que começam a surgir no mundo a partir dos anos oitenta.

A quebra das indústrias pesqueiras prejudicou também os pescadores artesanais, pois essas indústrias como visto compravam parte de sua produção, assim como a diminuição do estoque natural do pescado comprometeu, por consequência, a própria

sobrevivência dos pescadores artesanais. Esses fatores, a quebra das indústrias e a diminuição do estoque natural de peixes (diminuição da produção) caracterizam a crise que se instalou na atividade pesqueira artesanal e industrial gaúcha, sobretudo a partir da década de oitenta.

No caso da pesca artesanal, a diminuição do volume de produção pesqueira, segundo Maciel (1997) as safras abundantes do passado se resumem em apenas três safras atuais: a corvina (outubro a janeiro), o camarão (fevereiro a maio) e a enchova (julho a agosto), as quais garantem o sustento para muito dos pescadores e de seus familiares durante todo o ano, e, ainda, pela decadência das indústrias pesqueiras, os pescadores artesanais aumentaram relativamente a venda do pescado e sua dependência para com os atravessadores.

Ainda, conforme Maciel (1997), uma justificativa da dependência do pescador para com o atravessador está no fato de que o pescador ao ter que se ocupar com a aquisição e a manutenção dos equipamentos de pesca e das embarcações, bem como refazer suas energias para poder voltar à atividade, acaba ficando sem tempo disponível para também efetuar a venda, além do pescador ficar especializado somente com a captura e não mais trabalhava com a comercialização. Junta-se a isso, o fato de que o pescado é um produto perecível e assim exige rápida comercialização ou conservação em câmaras frias, após a captura, todavia, o pescador artesanal da região não possui um local para estocar o produto, dado que tal providência requer recursos financeiros de grande magnitude.

O fato do pescador depender mais do atravessador prejudicou os próprios pescadores, pois essa prática diminui o ganho do pescador, dada pela falta de força (organização) dos pescadores como um segmento social, além disso essa prática eleva o custo do pescado para o consumidor.

Assim, com o passar dos anos o pouco ganho gerado com a pesca fez com que continuamente e progressivamente, até que no período atual, o pescador não trabalhasse com um adequada suprimento de insumos para a prática da pesca, favorecendo a descapitalização com que se encontra os pescadores artesanais atualmente.

É pertinente, ressaltar que a dependência em relação ao intermediário é decorrência da falta de estrutura que permita uma melhor estrutura de desembarque, a armazenagem e a distribuição de gelo, fazendo com que o intermediário dite preços, troque peixes por remédios, roupas ou ainda adiante dinheiro nas entre safras

Nesse contexto, o lucro maior fica com o atravessador, no caso do camarão por

exemplo na última safra⁵ era vendido in natura ao atravessador a 2 reais o quilo e o consumidor na região (municípios do estuário da Lagoa dos Patos) pagavam pelo camarão limpo em torno de 10 reais o quilo.

Como no caso das indústrias pesqueiras, os atravessadores não precisam se responsabilizar pela reprodução social dos pequenos produtores e de sua família.

Com certeza, essa exploração só foi possível pela falta de organização dos pescadores, aliada a falta de fiscalização da produtividade por parte do Estado, que deveria defender os recursos naturais renováveis pertencentes ao domínio público.

Nessa contextualização, os pescadores artesanais são na verdade os aparentes proprietários dos meios de produção (embarcações e instrumentos de pesca) porque não obtém o resultado do trabalho para si mesmos, mas são usufruídos pelas indústrias pesqueiras ou pelos atravessadores, não levando à capitalização dos pescadores artesanais. Essa aparência é necessária tanto para as indústrias como para os atravessadores, pois se estes possuísem as embarcações e os aparatos de pesca o assalariamento seria explícito, tendo provavelmente ter uma jornada de trabalho estipulada e um salário determinado juridicamente, o que não permitiria a extração do sobretrabalho

Atualmente, conforme o Gráfico 1, o processo de comercialização do pescado, feito pelo pescador artesanal, é realizado de três maneiras, sendo a principal é a entrega do produto capturado nos locais de desembarque aos atravessadores (intermediários), a entrega às indústrias pesqueiras ou ainda diretamente ao mercado varejista que finaliza o fluxo de comercialização passando o produto ao consumidor.

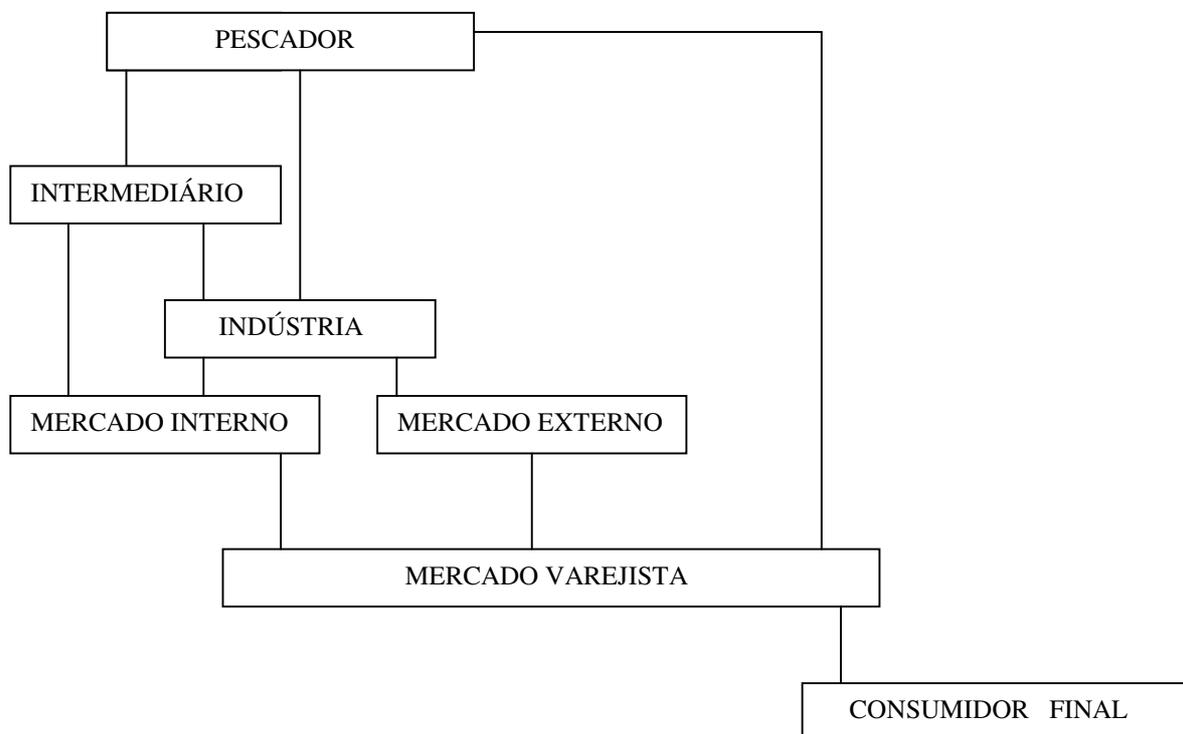
O pescado que é repassado ao intermediário é transferido para as indústrias ou entregue diretamente ao mercado interno (estadual ou interestadual) e distribuído aos varejistas. Por sua vez, o pescado que chega a indústria, diretamente pelo pescador ou pelo intermediário é manipulado, processado e encaminhado ao mercado interno ou externo e posteriormente disponibilizado ao varejista.

Apesar dessas constatações, segundo Silva (1990), o número de pescadores nas últimas décadas tem crescido, pois grande parte de seus descendentes, permanecem na atividade pesqueira, somando cada vez mais o esforço de pesca e o agravando do estoque natural do pescado, junta-se a isto, o fato de que o pescador artesanal profissional, em sua maioria, não exerce outra profissão, ficando estritamente na dependência da pesca.

⁵ Safra de 2002, conforme constatado em pesquisa de campo realizada com pescadores artesanais no município de São José do Norte para pesquisa do Centro de Estudos econômicos e ambientais (CEEMA) da Furg

Conforme o censo demográfico do Rio Grande do Sul, haviam no estado 3.712 pescadores e esse número passou para 8.500, em 1991. Todavia, esses números não são fidedignos em relação ao número real de pescadores, pois existem pescadores sem registro profissional, o que dificulta a obtenção do número exato de pessoas atuantes na atividade pesqueira, mas conforme Wasielesky (1999), há registros de que, no final dos anos 90, aproximadamente 6.500 famílias de pescadores artesanais (aproximadamente 25.000 pessoas) estivessem ligadas diretamente com a pesca no estuário da Lagoa dos Patos, entre os municípios de Rio Grande, Pelotas, São José do Norte e São Lourenço.

Gráfico 1 – Captura, desembarque e comercialização do pescado no Rio Grande do Sul



Fonte: SUDEPE (1985)

Já, segundo Rangel (1995), a atividade econômica da pesca reunia em 1993, 17 colônias no Estado, envolvendo, direta e indiretamente, mais de 100 mil pessoas. Fora isso, há novos engajamentos no setor, sobretudo, desempregados de outras profissões e mesmo não desempregados, que fazem da captura da camarão, fonte de renda extra, devido ao alto valor comercial que o produto alcança mas que desconhecem o princípio básico de conservação das espécies pesqueiras, além dos pescadores oriundos de Santa Catarina o que multiplica o esforço de pesca no estuarino da Lagoa dos Patos

Atualmente dada a carência de matéria-prima e o maior número de pescadores, os

pescadores artesanais da região do estuário da Lagoa dos Patos têm que aventurarem, em busca de melhores safras, no oceano Atlântico, apesar de terem que disputar os recursos pesqueiros com os barcos da pesca industrial, esse deslocamento acarreta aumento do custo da viagem, sobretudo de combustível, como também de horas para chegar em um lugar adequado para a pesca, ou ainda, esses pescadores aumentam o número de braços de redes, fazendo com que aumente o número de horas trabalhadas. Nisto, dada a necessidade de almejar uma quantidade satisfatória de pescado encontra-se pescadores trabalhando mais de 15 horas por dia, além de mudar o modo de pesca desses pescadores dado o deslocamento de um lugar conhecido, interior da Lagoa dos patos para um lugar desconhecido, o oceano (Costa, 1995).

E ainda para Souza (2005a) a falta de políticas públicas realistas e eficientes voltadas para o atendimento da economia pesqueira, levou ao desequilíbrio e à desorganização social da região do estuário da Lagoa dos Patos. Apesar de terem surgido políticas de regulamentação da atividade pesqueira, no decorrer do processo de industrialização, mas estas preocuparam-se mais com a criação de órgãos para regulamentar a captura do pescado e promover o desenvolvimento pesqueiro. E as legislações que surgiram para regulamentar as artes de pesca apropriadas, as épocas de defeso e do tamanho ideal de cada espécie para captura, pouco resultaram na manutenção do estoque pesqueiro, dada a dificuldade de fiscalização.

E em virtude da realidade de descapitalização dos pescadores artesanais e para suprir a falta de recursos das políticas públicas à pesca artesanal, o governo federal contemplou a partir dos anos 90, esse setor com crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o qual é um programa de apoio ao desenvolvimento rural, para fortalecer a agricultura familiar como segmento gerador de renda e emprego, de forma a estabelecer um padrão de desenvolvimento sustentável, ou seja, visa atingir níveis de satisfação e bem-estar de produtores e consumidores, tanto nas questões econômicas, quanto sociais e ambientais, gerando assim um novo modelo para o setor agroeconômico nacional. Com este mesmo propósito, o governo estadual a partir de 2000, beneficia o pescador artesanal com o crédito do RS-RURAL.

Além dessas políticas de promoção ao desenvolvimento sustentável à pesca artesanal, o governo federal para evitar a pesca predatória e ao mesmo tempo garantir uma renda mínima ao pescador artesanal concedeu a possibilidade de beneficiar-se da política de Seguro Desemprego, no decorrer da década de noventa, durante um período de 4 meses ao ano, no qual o pescador fica proibido exercer a atividade pesqueira.

Para Souza (2005b) o RS-Rural pesca, as pensões, o seguro-desemprego e o PRONAF, que beneficiam os pescadores artesanais são importantes devido a atual situação de descapitalização e de miséria desse segmento, mas apesar do expressivo número de pescadores beneficiados estas políticas não contemplam a totalidade dos pescadores artesanais e não possibilitam alternativas de geração de renda às famílias dos pescadores fora da atividade pesqueira.

Por fim, Fontoura (1984, p. 75) já refere em seu estudo a situação dramática do pescador artesanal ao relatar que: “Cremos estar na hora de uma nova campanha em favor da pesca e do pescador. Há vinte anos, o pescador era o grande miserável frente às riquezas marinhas. Hoje ele continua miserável, só que as riquezas estão desaparecendo. Há espécies extintas e outras ameaçadas de extinção por causa da sobrepesca verificada em alguns lugares. Urge que se tomem providências para que o cinturão da miséria não nos estrangule.”

Passados quase vinte anos dessa afirmação o que se observa na região, com relação aos pescadores artesanais é a realidade de miséria, só que acrescido pela escassez maior de recursos pesqueiros, aumento do próprio número de pescadores, o não surgimento de uma política pública de promoção à pesca de forma sustentável e generalizada e a impossibilidade de comercializar o próprio fruto de seu trabalho como alternativa de gerar mais renda.

3. CONCLUSÃO

Nesse sentido, a queda da produção pesqueira pode ser atribuída ao aumento desordenado da mesma, ocasionado pelo desenvolvimento do parque industrial pesqueiro que foi, em grande parte, impulsionado pelas políticas de promoção ao desenvolvimento da atividade pesqueira aplicado no setor a partir da década dos 60, mas sem a preocupação com a conservação do estoque natural do pescado.

Contribuindo para posterior queda no volume de produção pesqueira, o que levanta a questão da presença da sobrepesca e do esgotamento do recurso pesqueiro na costa litorânea e afetando a própria industrialização do pescado no Rio Grande do Sul.

Todavia, a diminuição dos recursos pesqueiros não geraram diminuição do número de pescadores artesanais, também, não houve mudança com relação as técnicas de pesca que continuavam sendo as mesmas e nem aumento do valor correspondente a remuneração paga pelo pescado capturado, mas houve o aumento da jornada de trabalho dos mesmos.

Além disso, com resultado nas comunidades pesqueiras surgiram inúmeras

ocupações irregulares, juntamente com a falta de infra-estrutura dessas localidades, como falta de saneamento básico e energia elétrica, as casas, muitas delas, são construídas sobre os terrenos ociosos e rodeados de lixo por todos os lados. Nisto, muitos pescadores são levados a buscarem alternativas em outras atividades como meio de aumentar o nível de renda, mesmo sendo atividades complementares, esporádicas e informais.

4. REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ABDALLAH, P. et. al. Viabilidade econômica do cultivo de camarão em cercados e gaiolas no estuário da Lagoa dos Patos. Anais. Passo Fundo, Sober, 2002

ALTMAYER, F. Pescadores artesanais do estuário da Lagoa dos Patos - RS: Uma análise de sua percepção do meio natural como subsídio para um projeto de educação ambiental. Rio Grande, Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental. Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 1999. (Dissertação em Educação Ambiental).

BARCELLOS, L.; PERES, M.; WAHRLICH, R. & BARISON, M. Otimização bioeconômica dos recursos pesqueiros marinhos do Rio Grande do Sul. Rio Grande, Editora da Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 1991

CABRAL, C. A Educação ambiental na pesca artesanal. São Paulo, USP e Fundação FORD, 1997.

CHAVES, R. As relações de produção dos pescadores do saco da mangueira – Rio Grande/RS: um estudo de caso sobre a pesca artesanal inserida no perímetro urbano. Rio Grande, Curso de Geografia Licenciatura Plena. Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2000. (Monografia em Geografia).

COSTA, P. Atravessadores e pescadores – São José do Norte / RS. Rio Grande, Curso de Geografia Licenciatura Plena. Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 1995. (Monografia em Geografia).

DIEGUES, A. N. Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar. São Paulo, Atlas, 1983.

FONTOURA, N. A linguagem pesqueira no município do Rio Grande. Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação da Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1984. (Dissertação em Língua Portuguesa)

FURG. Estudo de Impacto Ambiental das Atividades da Secretária da Pesca do Município de Rio Grande no Estuarino da Lagoa dos Patos. Rio Grande - RS, Fundação Universidade do Rio Grande (FURG), 1996.

GIL, A. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo:Atlas, 1995

IBAMA. Produção de Pescado no Rio Grande do Sul. Rio Grande, IBAMA, 1997.

MACIEL, M. Desequilíbrio Ambiental, Educacional, Social, da Pesca Artesanal em Rio Grande. Rio Grande, Curso de Mestrado em Educação, Universidade Federal do Rio Grande, 1997. (Dissertação em Educação Ambiental).

MORAES, A. Dimensionamento Econômico da Frota Industrial de arrasto de fundo do Rio Grande do Sul. Porto Alegre – RS. Curso de Mestrado em Economia Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1989. (Dissertação em Economia Rural)

NEIVA, G.; MOURA, S. Sumário sobre a exploração de recursos marinhos do litoral brasileiro: situação atual e perspectivas, Brasília, SUDEPE, 1997 (série ocasionais, n. 27).

RANGEL, M. Diagnóstico do Setor Pesqueiro do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, EMATER, Série Realidade Rural, v. 15,1995

RODRIGUES,G. et. al. A evolução da atividade pesqueira no estuário da Lagoa dos Patos. In: DIEGUES, A. (Org.) Pesca artesanal: Tradição e modernidade, III Encontro de Ciências Sociais e o Mar. São Paulo, IOUSP/F.FORD/UICN, p. 325-330, 1989.

SCHMITT, L. Um estudo sobre a capacidade tecnológica da industria pesqueira do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul,1998. (Dissertação em Administração).

SILVA, J. Perfil pesqueiro da frota artesanal do Rio Grande do Sul de 1945 a 1989. Rio Grande, IBAMA, 1990.

SOUZA, M. Política e evolução da atividade pesqueira no Rio Grande do Sul: 1960 a 1997. Porto Alegre, Programa de Pós-Graduação em Economia Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001. (Dissertação em Economia Rural).

SOUZA, M. Atividades não-agrícolas e desenvolvimento rural no estado do Paraná. Campinas, Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, 2000. (Tese em Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável).

SOUZA, M. A . A Evolução da realidade do trabalho e a preservação ambiental: o caso da atividade pesqueira artesanal no Rio Grande do Sul. In: Anais do III Simpósio de áreas Protegidas. Pelotas, 2005a.

SOUZA, M. A . A . et al. Evolução da produção pesqueira e do crédito do SNCR e a sobrepesca do setor pesqueiro no Rio Grande do Sul. In: Anais do III Simpósio de áreas Protegidas. Pelotas, 2005b.

SUDEPE, Diagnóstico do Setor Pesqueiro do Rio Grande do Sul, Rio Grande, SUDEPE, 1988

TEXEIRA, E. Pescadores de água doce – porto Pindorama – Santa Vitória do Palmar / RS. Rio Grande, Curso de Geografia Licenciatura Plena, Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 1997. (Monografia em Geografia)

VASSÃO, C. Estudos sobre a pesca no Rio Grande do Sul. Porto pesqueiro de Rio Grande – estudo e anteprojeto. Porto Alegre, Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul (CODESUL), 1966.

WASIELESKY, W. Produção de camarão marinho Farfantepenaeus paulensis no sul do Brasil: cultivo em estruturas alternativas. Prêmio Jovem Cientista 1998: publicação resumida dos trabalhos vencedores / CNPq, Rio de Janeiro, 1999.